

Sarney quer acabar audiências externas

Memélia Moreira

As audiências externas na agenda diária de trabalho do Presidente da República se transformaram em mais um problema para o presidente Sarney. Herança incômoda do período autoritário, estas audiências, na opinião do Presidente, são estéreis e infrutíferas, além de ocupar um tempo "precioso" que poderia ser utilizado nas negociações políticas, longe das câmeras e refletores do Palácio do Planalto. Há mais de um ano o presidente Sarney vem se queixando destas audiências e agora, em 1988, ele pretende eliminá-las de sua agenda.

A última queixa feita por Sarney contra as audiências foi no início de dezembro, quando retornava de uma viagem a São José dos Campos (SP), em conversa com um jornalista do O Estado de S. Paulo. E, mas uma vez, Sarney desabafou, dizendo que não pretende manter esta tradição.

Elas surgiram no segundo período do ciclo militar, quando o marechal Costa e Silva chegou à Presidência da República. Até então, as audiências externas se limitavam aos grandes acontecimentos, com a chegada de embaixadores ou presidentes que visitavam o Brasil. Hoje elas se transformaram em fato corriqueiro, e, durante a campanha eleitoral, um motivo para os candidatos serem fotografados com o Presidente da República, a exemplo do que aconteceu em 86, quando todos os candidatos, de vereador a senador, exigiam um fotógrafo no gabinete presidencial e, depois, as fotografias foram transformadas em "santinhos" e posters de campanha.

Razões

A explicação mais razoável para se criar a tradição das audiências externas durante o ciclo militar, foi dada por um dos assessores de Sarney: "Naquele tempo — explica o assessor — o Presidente da República não tinha necessidade de negociar com a classe política, necessidade da conversa de bastidores, porque todos as decisões eram tomadas à revelia do Congresso. Hoje, mais do que nunca o Presidente precisa de tempo e espaço para as negociações políticas e o Palácio do Planalto é o local menos indicado para esta atividade".

Além destas razões, as audiências externas do ciclo militar viciaram os jornalistas. Era a única forma de tomar conhecimento de algumas decisões do Presidente ou saber de sua opinião sobre determinados acontecimentos. A partir do momento em que o Palácio do Planalto se tornou mais aberto, com a circulação da imprensa mais ou menos liberada, as audiências servem muito mais para promover quem é recebido pelo Presidente da República do que obter informações do Governo.

Outras vezes, as audiências terminam se constituindo em embarços para o presidente Sarney. A última que provocou constrangimentos foi a do governador do Moreira Franco, do Rio de Janeiro. Ele solicitou audiência ao Gabinete Civil e,

na saída, anunciou que tinha sido convidado pelo Presidente, o que não era verdade. Sarney, que não está satisfeito com Moreira Franco, exigiu que este voltasse aos jornalistas para um desmentido, o que foi feito em seguida.

A responsabilidade pela marcação das audiências é do Gabinete Civil da Presidência da República. Dos milhares de pedidos que chegam diariamente ao protocolo do Planalto, a triagem é feita no Gabinete Civil. E muitos políticos podem ficar tempos esperando. O mesmo acontece com as representações sindicais. O ex-chefe do Gabinete Civil, senador Marco Maciel, simplesmente ignorou o pedido de audiência do líder sindical Jair Meneghelli, da CUT (Central Única de Trabalhadores), que durante mais de dois meses renovou seu pedido de audiência. Nunca foi recebido e se encontrou com Sarney na Granja do Torto, com outros líderes sindicais.

Vereadores

Mesmo insatisfeito com as audiências, o presidente Sarney conseguiu inová-las. Ele estabeleceu o atendimento aos parlamentares todas as quintas-feiras, no período da manhã. Elas duram, em média, dez minutos e transformaram o Palácio do Planalto em "Câmara de Vereadores". No lugar de discutir os problemas do País, estes parlamentares usam o tempo da audiência para os infundáveis pedidos que vão desde a construção de estradas vicinais beneficiando seus redutos eleitorais, até pedidos para financiamentos para construção de barragens, cacimbas, instalação de "orelhões" e outras necessidades menores que poderiam ser tratadas diretamente com os ministros.

Além disso, muitos parlamentares não se satisfazem apenas em ser recebidos por Sarney. Eles saem das audiências dizendo que conversaram e, muitas vezes, mesmo sem ter ouvido uma resposta sequer do Presidente, elaboram frases ou citam observações que teriam sido ditas por Sarney. Por uma questão de estilo, o Presidente não manda desmentir. Esta prática, entretanto, só afeta os parlamentares que não desfrutam da amizade do Presidente. Prisco Vianna, ministro da Habitação, Cardoso Alves (PMDB-SP), Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações e Paulo Brossard, da Justiça, são incapazes de cometer indiscrições. Brossard ainda se irrita: "Minha filha", — responde ele, "você acha que é ético contar o que conversamos? Se ele quiser, pode falar, não eu", diz o ministro quando os jornalistas insistem em saber qual o assunto tratado na audiência.

Mas as audiências que mais interessam, aqueles que ocorrem no Alvorada ou chegam ao Palácio do Planalto pelo elevador privativo, não são noticiadas. Elas, que muitas vezes decidem os rumos do País, se passam em surdina e mesmo todas as tentativas para saber o que se discutiu nessas conversas esbarra no silêncio dos interlocutores.